

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Marla Ivana Klein Rauch

**A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO NA GESTÃO ESCOLAR**

Santa Maria/RS  
2015

Marla Ivana Klein Rauch

## **A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO NA GESTÃO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade à distância, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora:

Profa. Rita de Souza Bueno

Santa Maria/RS

2015

## RESUMO

A LDB (Brasil-1996) 9394/96 define princípios democráticos que tratam da educação inclusiva, e fala da necessidade de oferecer oportunidades iguais para todos e a percepção de que a escola deve atender às diferentes potencialidades. Esta necessidade de atender aos alunos sem distinção e preconceito traz novos rumos para a construção da escola democrática. Hoje, falar em direito à educação, sob a ótica de uma educação mais justa e democrática, é falar de inclusão e escolas inclusivas que devem assegurar uma educação de igualdade para todos, reiterando o direito e os benefícios tanto do acesso, quanto da escolarização para os alunos com necessidades educativas especiais. O presente trabalho teve como foco uma pesquisa sobre inclusão escolar e as ações dos gestores de ensino diante de toda esta nova complexidade, possibilitando a investigação de algumas propostas, documentos e leis no que se refere à inclusão escolar. O estudo de caso qualitativo proporcionou a análise da importância de que se avaliem as práticas políticas, institucionais e pedagógicas para que se possa garantir o incremento da qualidade de ensino, tanto para os alunos com necessidades educacionais especiais, quanto para os demais. O questionário entregue aos gestores, professores e equipe escolar das instituições possibilitou evidenciar a especificação das escolas sendo inclusiva, e que os gestores procuram desenvolver projetos e palestras, bem como, o conhecimento do Projeto Político Pedagógico, proporcionando um direcionamento dos professores em suas práticas pedagógicas, que permeiam a construção do conhecimento de uma escola inclusiva e de uma educação de qualidade a todos, como previsto em Lei.

**Palavras-chave:** Gestor Escolar, Inclusão, Diversidade.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO: ESCOLA E PERFIL DA COMUNIDADE EM QUE ESTÁ INSERIDA</b> .....	<b>7</b>
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>12</b>
3.1 DIREITO A EDUCAÇÃO .....	14
3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA .....	18
3.3 INCLUSÃO .....	24
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	<b>27</b>
4.1 INSTRUMENTOS E AUTORES DA PESQUISA .....	28
4.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS .....	34
<b>5 ANÁLISE E RESULTADO DA PESQUISA</b> .....	<b>36</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>43</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi construído a partir do Projeto de Intervenção (PI) na Gestão Escolar/PPP, das Escolas Municipais de Quinze de Novembro RS, no sentido da implementação de Políticas de Inclusão, considerando que a educação é um direito fundamental para todos.

Através desta Intervenção, pretendemos sensibilizar a comunidade escolar e comunidade em geral sobre a inclusão que é um direito de todos com acesso, permanências e integração, aberta à diversidade dos alunos e, conseqüentemente, preparar toda a rede de ensino regular para prestar um atendimento de qualidade de acordo com as suas necessidades.

Consideramos que a inclusão escolar é uma realidade e, como tal merece ser encarada de forma contextualizada no cotidiano escolar. A proposta de uma educação inclusiva é mérito maior do que matricular o indivíduo na escola comum, implica dar outra lógica à escola, transformando suas práticas suas relações, interpessoais, sua formação, seus conceitos, pois é um conceito que emerge da complexidade, e, como tal, exige o reconhecimento e valorização de todas as diferenças que contribuíram para um novo modo de organização do sistema educacional (DRAGO, 2007).

A história mostra que a forma como a sociedade relaciona-se com as pessoas com necessidades especiais está ligada às conquistas dessa mesma sociedade. Várias foram as concepções de deficiências que permearam o debate sobre esta população dentro da sociedade e, principalmente, seu acesso à educação, sendo que as atitudes sociais estão atreladas aos conceitos e atributos da saúde, da doença e da deficiência.

A Educação Especial percorreu então, segundo Aranha (2000, p. 13) três paradigmas, o da Institucionalização, o dos Serviços e o do Suporte, estando esse último fundamentado técnico-cientificamente no conhecimento sobre os ganhos em desenvolvimento pessoal e social provenientes da convivência na diversidade e, sócio-politicamente, no princípio da igualdade, que aponta para a inclusão, entendida como: “o processo de garantia do acesso imediato e contínuo da pessoa com necessidades especiais ao espaço comum da vida em sociedade,

independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento apresentado”.

Ao implementar serviços de Educação Especial com objetivo de atender às necessidades educacionais especiais dos alunos com algum tipo de deficiência, acabamos nas últimas décadas contribuindo para a exclusão do sistema regular de ensino, ainda que tenhamos iniciado a colocação de alunos de escolas e classes especiais em classes comuns de escolas regulares, práticas desenvolvidas são pouco avaliadas, o processo ainda se encontra aquém do desejado.

Assim, a história da Educação Especial no Brasil está com uma página a ser construída, esperamos que esta construção seja pautada em princípios éticos como respeito à diversidade e igualdade de direitos, tão perseguidos pela humanidade.

Os direitos humanos têm provocado inúmeros debates, teóricos por excelência. Nas palavras de Bobbio (1992, p.05): “os direitos humanos são direitos históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem”.

O grande desafio é, portanto, identificar o modo mais seguro de lutar pela cidadania, para evitar que, apesar dos direitos constarem solenemente dos discursos, continuem sendo violados na prática.

Sabemos que as experiências de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular são incipientes e merecem reflexões e planejamento no processo de implantação e, além disso, o envolvimento de todos os profissionais é imprescindível.

Este pequeno trecho citado por Bobbio (1992) faz-nos entender que os direitos humanos são direitos fundamentais ao ser humano. E sem ele o homem não consegue participar de uma sociedade. Para este autor, os Direitos Humanos, foi uma inspiração e orientação para o crescimento da sociedade, com o principal objetivo de torná-la num Estado, e fazer também com que os seres humanos fossem iguais e livres.

A diversidade indaga o currículo, a escola, as suas lógicas, a sua organização espacial e temporal bem como e, principalmente, a capacitação de recursos humanos para atuarem nas escolas, tendo em vista os novos desafios.

Justificando assim, o Projeto de Intervenção (PI), considera-se a necessidade da implementação de Políticas de Inclusão na Gestão Escolar/PPP, nas escolas municipais de Quinze de Novembro.

Embora, na prática diária, as escolas, sob a orientação do Departamento Municipal de Educação e Desporto (DMED), Equipe gestora, professores e funcionários busquem sempre a inclusão, o Projeto de Intervenção (PI), considera, a necessidade da implementação de Políticas de Inclusão na gestão Escolar, registradas no PPP das escolas de Quinze de Novembro.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO: ESCOLA E PERFIL DA COMUNIDADE EM QUE ESTÁ INSERIDA**

O nosso município conta com o Plano Municipal de Educação (PME), que está em fase de finalização, tendo sido adaptado para atender as diretrizes, objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (PNE), atualmente em vigor.

O Conselho Municipal de Educação possui atribuições consultivas, deliberativas, fiscalizadoras e propositivas, podendo assim emitir resoluções e pareceres, (funcionamento e autorizações de escolas, aprovação de Planos de Estudos, Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), regimento interno) definidas em Lei Municipal, possuir representantes definidos em Lei Municipal nº 4.231/2012 de 20 de abril de 2012 os quais são: Professores Municipais, Estaduais, Diretores e representantes do Departamento Municipal de Educação e Desporto (DMED).

Envolvidos com a Educação, também são atuantes os Conselhos: de Alimentação Escolar (CAE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e Rede de Apoio às Escolas (ERA). Todas as escolas possuem Círculos de Pais Mestres, atuantes e participativos.

Embora preconizada na Constituição Federal de 1988, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), a gestão democrática da educação por meio da implantação de políticas públicas educacionais ainda precisa avançar muito mais, principalmente nos municípios, com a instituição de sistemas próprios de ensino, conselhos municipais de educação, conselhos escolares, eleições de diretores, grêmios estudantis, associação de pais, etc. e também, na discussão dos projetos políticos pedagógicos, planos municipais de educação e o destino dos recursos financeiros da educação.

Consideramos que as principais evidências de que o município de Quinze de Novembro caminha para a ampliação de políticas voltadas para a implantação da gestão democrática são: a criação de Sistema de Ensino próprio, a criação e atuação efetiva do Conselho Municipal de Educação com capacitação dos Conselheiros, a construção coletiva do Plano Municipal de Educação (PME), já em sua terceira edição e a construção coletiva do Projeto Político pedagógico (PPP), de cada escola. Para isso, são realizadas conferências e audiências públicas, onde



todos têm vez e voz perante as decisões a serem tomadas. Recentemente, foi realizada a conferência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDICA) com estudos da legislação nacional e estadual, onde foram eleitos delegados entre os estudantes para defender suas reivindicações.

João Monlevade (2005, p.20) diz que:

A política educacional incorpora ao processo e projeto educativos a presença do Estado. Pode-se definir a política educacional como o conjunto de intenções e ações com as quais os Poderes Públicos respondem às demandas culturais e escolares da sociedade, incluindo as várias comunidades e diferentes setores sociais. A política educacional, embora abranja todos os processos educativos da sociedade, concentra seu olhar na educação formal, que acontece nas escolas e nos sistemas de ensino.

Após a Constituição Federal e a LDB, inicialmente houve uma preocupação com as questões relacionadas à democratização do acesso, da permanência e da aprendizagem, para depois focar nos aspectos relacionados à democratização das políticas e do sistema educacional. O foco principal era o ensino fundamental.

Uma das primeiras deliberações do Conselho Municipal de Educação, após a criação do Sistema Municipal do ensino, foi a aprovação, formalização, da primeira escola municipal de educação infantil, antes creche, no ano de 2000.

Seguiu-se a construção coletiva de um Plano Municipal de Educação, de Projetos Políticos Pedagógicos: podendo ressaltar que a construção do Projeto Político Pedagógico individualizado, por escola, em 2010, foi uma conquista importante.

A educação infantil recebeu grande impulso com o ingresso do Município no Programa Pró-infância. Foi construída uma escola padrão do Programa, o que oportunizou ampliar substancialmente as matrículas de crianças de 0 a 5 anos, sendo que o Município recebeu menção honrosa do Tribunal de Contas do Estado em 2015, um dos 44 municípios gaúchos que atingiu metas na educação infantil.

A EMEF Progresso funciona em prédio novo desde 2013, a diretora e a assessora pedagógica são cargos nomeados pelo Poder Executivo. Não possui conselho escolar. Possui associação de Círculo de Pais e Mestres, atuante, cuja diretoria e/ ou assembléia são convocados para participarem em decisões da escola e para determinarem a destinação dos recursos financeiros da própria entidade, bem

como aqueles recebidos do FNDE, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e dos demais projetos da Escola.

Por ser um Município de pequeno porte que possui apenas 4 escolas municipais de ensino fundamental (duas incompletas, duas de ensino fundamental completo, e uma escola de educação infantil e nas 3 escolas rurais a educação infantil está inserida a partir dos 3 anos de idade, ou seja, maternal B), a proximidade física da equipe do Departamento Municipal de Educação e Desporto (DMED) permite que os recursos da educação sejam geridos por este órgão e as ações pedagógicas sejam também coordenadas pelo mesmo. Assim, o Plano Municipal de Educação, os Projetos Políticos Pedagógicos, os planos de estudos, os encontros de formação continuada dos profissionais da educação, a mobilização da sociedade/comunidade, o acompanhamento e avaliação das ações-atividades das escolas, entre outras são tarefas desenvolvidas pelo DMED, com a participação das escolas e das comunidades escolares.

Com a possibilidade da participação dos cidadãos na discussão, definição das diretrizes, das políticas, e no acompanhamento da educação do município, dá-se passos importantes na democratização e na produção da gestão democrática na educação.

O Município de Quinze de Novembro, ao definir o seu currículo, voltado para o desenvolvimento, o conhecimento e a construção da cidadania, insere-se no contexto local e global, com seus desafios, esperanças e problemas, buscando mudanças e transformações para a conquista do bem comum.

Propõe uma educação como processo de longo prazo, por isso a Proposta Pedagógica das escolas está sempre em construção. Isto requer um novo modo de ver é de fazer a escola, voltado à formação da pessoa humana, a construção de uma educação de qualidade e uma sociedade justa e democrática.

O momento cultural é de busca e reencontro de sonhos, de igualdade, fraternidade e de solidariedade. É um momento histórico de grandes expectativas. Caminha-se entre a afirmação da democracia e o aumento da exclusão social, bem como uma busca incansável da inclusão.

Considerando o direito à educação e o direito as diferenças, à diversidade, a proposta de educação do Município trabalha na perspectiva de oferecer

oportunidades para que a comunidade escolar cresça na realização pessoal e no compromisso e responsabilidade na realização da mais ampla coletividade.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Progresso, está em funcionamento desde 01 de março de 1926, obteve os seguintes Atos Oficiais:

I – Decreto Municipal de criação: nº 449/77 de 21 de dezembro de 1977;

II – Portaria/Decreto de reorganização; nº 07903/78, de 25 de maio de 1978, autoriza a designação de escola Municipal de 1º Grau Incompleto Progresso;

III – Portaria Municipal nº 1.285/99, de 04 de fevereiro de 1999, de acordo com a resolução nº 001/98, de 03/11/98, do Conselho Municipal de Educação, autoriza a designação Escola Municipal de Ensino Fundamental Progresso.

IV – 01/03/2006-Transferência da Escola para o centro do Município, conforme Portaria Municipal nº 2.791/2006, de 21 de julho de 2006.

V – 21/09/2013, inauguração e instalação da EMEF Progresso em prédio próprio à rua Dona Etelvina, nº 1260. Mantenedora: Prefeitura Municipal de Quinze de Novembro RS.

A Escola oferece Ensino Fundamental completo de 9 anos e, em 2014, concluiu primeira turma de nono ano. O quadro funcional consta de 20 professores, sendo 11 nas séries iniciais e 09 nas séries finais, 04 funcionários, 03 estagiários, uma Diretora e uma Assessora Pedagógica. Possui um total de 193 alunos matriculados. A Diretora e a Assessora pedagógica são cargos de confiança da Administração Municipal. Todos os professores possuem curso superior e atuam em suas áreas de formação. Direção, Assessoria Pedagógica, Professores, Funcionários, pais e comunidade, sob a coordenação do Departamento Municipal de Educação e Desporto (DMED) e estão empenhados em desenvolver uma educação de qualidade e inovadora. A escola possui projetos de destaque em nível regional e estadual conta também com a associação Círculo de Pais e Mestres, espaço de participação dos pais, professores e funcionários nas decisões, atividades e eventos escolares.

A comunidade envolvida na EMEF Progresso constitui-se de famílias de vários níveis de escolaridade, alunos do meio rural de escolas que foram desativadas, utilizam o transporte escolar gratuito. Famílias da cidade, dos mais diversos segmentos da economia e de níveis sociais, constituem a maioria da comunidade escolar. Com a expansão da indústria, especialmente a metal/mecânica, e a expansão da construção civil, ampliou-se o número de alunos. Destaque, também,

para os projetos desenvolvidos pela escola, com o incentivo do DMED, que atraem as famílias na busca de uma educação de qualidade para seus filhos.

O Projeto Político Pedagógico da Escola foi construído considerando a Gestão democrática, uma vez que envolveu toda a comunidade escolar, sob a coordenação do DMED. Tendo como base o PPP já existente, realizou-se uma intervenção para a sua reformulação e aperfeiçoamento de acordo com a realidade da escola e seu contexto. Inicialmente, foram realizadas reuniões de estudos e debates com todas as escolas municipais e, em seguida, individualizadas por escola.

Em sua construção/reformulação, o PPP contemplou diversas instâncias de estudos, discussões e elaboração: DMED, escola, professores, funcionários, pais, Gerência de Desenvolvimento Humano, Secretários Municipais, Vereadores, Conselho Municipal de Educação, Prefeito Municipal.

Por ser um processo contínuo de elaboração execução, acompanhamento e avaliação, o PPP é complementado, reformulado a cada período letivo, possibilitando, buscando, de fato, a melhoria da qualidade do ensino, refletida em bons resultados da aprendizagem dos alunos e na satisfação da comunidade escolar.

Nas questões relacionadas à diversidade/inclusão, a Escola não define claramente suas políticas em sua gestão escolar e, mais propriamente no PPP.

O Município oferece os serviços de saúde e assistência social a toda a comunidade. Os alunos das redes municipal e estadual têm acompanhamento nutricional, odontológico, psicológico e médico com profissionais de serviço de saúde e com fonoaudiólogo e fisioterapeutas conveniados.

Através do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), crianças, adolescentes e adultos com necessidade especiais e/ou em situação de vulnerabilidade social recebem atendimento e realizam atividades diversificadas, sob a orientação de educadores.

O Município não possui APAE porém, mantém convênio com a APAE do município vizinho, Ibirubá, e realiza transporte gratuito, levando crianças e adolescentes para atendimento especializado.

As escolas municipais não possuem Salas de Recurso. Há uma importante colaboração da Escola Estadual de Educação Básica Menino Deus - na sede do Município que possui Sala de Recurso equipada e com professora especializada, onde alguns alunos de escolas municipais recebem atendimento.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação é um direito de todos, Constituição Federal (Brasil-1998), e este direito se estende a todas as pessoas, independente das suas condições físicas, psicológicas, afetivas e cognitivas. Ela visa preparar para o exercício da cidadania e qualificação para o mundo do trabalho, e tem a princípio ofertar em igualdade de condições o ensino, com pluralidade de ideias. E como as escolas atendem uma gama de diversidades, devem atendê-las em suas particularidades, e, sempre partindo do princípio de que todos têm direito à educação. (BRASIL, 1998). A matrícula deve acontecer na rede regular de ensino.

Considerando as Políticas de Inclusão Escolar, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as adaptações curriculares são divididas em dois níveis, as adaptações significativas e as não significativas. As adaptações significativas exigem um planejamento e observação coletiva, para atender as necessidades diversificadas dos alunos e a organização e funcionamento da escola. (BRASIL, 1998). Na proposta de construção da escola inclusiva faz-se necessário organizar as adaptações curriculares e estas devem estar organizadas no PPP da escola.

Os diretores de estabelecimentos escolares devem ser convidados a procedimentos mais flexíveis de gestão e remanejar os recursos pedagógicos, devem criar as opções educativas, estabelecer relações com os pais e a comunidade. (BRASIL 2001,p.18)

Segundo Paro (2001), não existem dúvidas de que podemos pensar na escola como uma instituição que contribui para a transformação social. Na prática muitas escolas são reprodutoras da ideologia dominante. A unidade escolar deve buscar ações que envolvam todos os seus membros para debater e planejar momentos de inclusão e valorização do aluno.

Para que a escola se torne inclusiva Tezani (2010, p.295) aponta quatro passos: o primeiro passo será criar uma comunidade inclusiva que englobe o planejamento e o desenvolvimento curricular; o segundo passo é a preparação da equipe para trabalhar de maneira cooperativa e que venha a compartilhar os diferentes saberes coletivamente; o terceiro passo envolve os dispositivos de comunicação entre a comunidade e a escola; o quarto passo afirma a importância de organizar o tempo para reflexão da prática desenvolvida.

Para que a inclusão aconteça é necessário o envolvimento de todos os membros no planejamento das ações a serem implementadas. "Docentes, diretor e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas" (SANT ANA, 2005, p.228).

Para Carvalho (2004) ao se construir uma escola inclusiva é necessário buscar a valorização profissional dos professores: aperfeiçoamento das escolas e dos professores das classes especiais, adaptações curriculares e trabalho em equipe. É neste contexto as escolas especiais podem contribuir com a inclusão destes alunos que podem frequentar o ensino regular, e continuar criando condições de aprendizagens para aqueles que ainda estão matriculados dentro da instituição, e preparar o aluno para que ele possa frequentar o ensino regular.

Para Tezani (2010), na educação inclusiva não deve existir obrigatoriedade de que todos os alunos devem atingir simultaneamente o mesmo grau de abstração ou de conhecimento, cada aluno se desenvolve de forma diferente e única, por isso, a importância das adaptações curriculares, e a escola é responsável coletivamente para realizar essas adaptações, o professor não pode ficar solitário, sem apoio para realizar essas adaptações, a escola tem que pensar coletivamente as necessidades de cada aluno.

Segundo Aranha (2001) a inclusão é aceitação da diversidade, e a partir daí surgem as oportunidades para todos e assim a pessoa especial adquire condições para viver em sociedade e compartilhar dos mesmos direitos. Beyer (2005) aponta que na sala de aula existe a diversidade de alunos, em diferentes níveis e condições físicas e orgânicas de aprendizagem.

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmo de aprendizagem, e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado dos arranjos organizados, estratégias de ensino e parceria com as comunidades. (BRASIL, 1994, P, 61).

A escola é que deve se reconstruir para atender a toda a sua comunidade, da qual fazem parte pessoas com e sem deficiência. Portanto, são necessárias as adaptações nos espaços e nos recursos, na estrutura física, e principalmente uma mudança de atitude e no desenvolvimento das práticas de ensino e aprendizagem e nas relações humanas.

### 3.1 DIREITO A EDUCAÇÃO

No Brasil, o Direito à Educação está garantido na Constituição Federal de 1988 (CF, 1988), afirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB 9394/96), pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990) e pelas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução nº 2/2001 do CNE-2012) Leis básicas que normatizam direitos básicos.

Os autores Alexandre Silva Virgínio e Jaqueline Marcela Villafuerte Bittencourt, em seu Artigo "O Direito à Educação na Formação de gestores escolares" esclarecem:

Outro importante instrumento legal para a afirmação do direito à Educação no Brasil é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 9394/96). Em consonância com a Constituição Federal, estabelece os princípios da educação escolar pública. No que ser mais importante, assinala a garantia de acesso gratuito aos níveis e modalidades de ensino (Educação Infantil, Pré-escola, Ensino Fundamental, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio) e a oferta de programas suplementares (Material didático-escolar, Transportes, Alimentação, Assistência à saúde, Formação de professores, dentre outros), são aspectos desta Lei que favorecem o direito à educação, de forma irrestrita a todos e, quiçá, com qualidade.

Em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Desde então foram construídos inúmeros documentos de caráter ético, político e normativo. A Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos (Viena, 1993) - reafirmou a universalidade, a indivisibilidade, interdependência e interrelação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais bem como, afirmou a relação entre democracia, desenvolvimento e direitos humanos (BITTENCOURT, 2012).

O nítido aspecto político dos direitos humanos adverte sobre a necessidade de políticas públicas destinadas a garantia destes direitos, bem como a formação dos indivíduos e grupos sociais de modo que o resultado dessas políticas resultem a favor de condições cidadãs, emancipatórias de existência. Cabe à educação oferecer ferramentas para que se possa apreender a, liberdade e a dignidade e um desenvolvimento tal, insuspeito em sua relação de reciprocidade social e ambiental destacando, amiúde, a importância das políticas educativas na construção de propostas que realcem os direitos humanos em todas as atividades (CARIDE GÓMEZ, 2009).

Atualmente a educação em direitos humanos é considerada como um componente fundamental do direito à educação, também desafiado a incorporar as questões da diversidade. Sob esse olhar, os educadores deparam-se com necessidade de promover processos educativos capazes de formar sujeitos de direito, considerando suas diferenças e igualdades, e de fortalecer processos democráticos.

No Brasil, a partir da Constituição de 1988, tem sido feito um esforço sistemático em relação à defesa e proteção aos direitos fundamentais. Na sociedade brasileira, a impunidade, as múltiplas formas de violência, a desigualdade social, a corrupção, as discriminações e a fragilidade da efetivação dos direitos, propiciam um cotidiano com violações destes direitos. Felizmente, também constata-se a progressiva afirmação de uma nova realidade social, ética, política e cultural em relação aos direitos humanos. Neste cenário, os processos educacionais são fundamentais. A relação entre questões referentes à justiça superação das desigualdades sócio econômicas e sócio culturais aproximam-se cada vez mais. Afirma-se a importância dos direitos coletivos, ao mesmo tempo em que se discutem os direitos individuais e diversidade (BITTENCOURT, 2012).

Para Santos (2006) os direitos humanos terão que passar por um processo de reconceitualização, que tem como questão-eixo a articulação entre a igualdade e a diferença, a passagem da afirmação da igualdade ou da diferença para a igualdade na diferença. Igualdade e diferença, superação das desigualdades, valorização da diversidade, promoção da redistribuição e reconhecimento, constituem, hoje, a problemática dos direitos humanos. Por conseqüência, desafiam as questões do direito à educação e à educação em direitos humanos. A educação é fundamental na busca dos direitos humanos. Não apenas a educação escolar. Ocorre no ambiente familiar, na comunidade no trabalho, com os amigos, nas igrejas etc. Ocorre em diferentes espaços, como as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais. A expressão "educação em direitos humanos" tem sido, progressivamente, centro de debates que, hoje, procuram articular a perspectiva da igualdade e da diferença.

Em 2012, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos, com "a finalidade de promover a educação para a mudança e transformação". As reflexões, atualmente, buscam uma



educação comprometida com a formação de sujeitos de direito e a afirmação da democracia, da justiça e do reconhecimento da diversidade na sociedade brasileira. As relações entre formação de sujeitos de direitos, diversidade e direito à educação estabelecem-se à medida que se reconhece a necessidade da reflexão, da construção coletiva de marcos para uma educação de qualidade, da promoção de processos educativos capazes de alcançar o desenvolvimento de sociedades mais humanas e democráticas (BRASIL, 2012).

Os principais desafios do cotidiano da gestão escolar são os da reflexão, construção coletiva, do diálogo, da colocação, em prática do projeto pedagógico, baseado em diretrizes legais, do incentivo à formação continuada de educadores e gestores. É preciso considerar que todos, educadores e educandos, são sujeitos de direitos, com suas especificidades de gênero, raça, etnia, territorialidade, etapa de vida, orientação sexual, opção religiosa, características sensório-motoras, aspectos psicológicos, de classe social e outras. A escola deve garantir os princípios elencados no Art. 3º das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012):

- I - dignidade humana;
- II - igualdade de direitos;
- III - reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades;
- IV - laicidade do Estado;
- V - democracia na educação;
- VI- transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII - -sustentabilidade sócio ambiental.

Especialmente, todo o espaço escolar, toda a comunidade escolar deve exercitar, vivenciar, dar exemplos na prática pedagógica do cotidiano, em relação aos direitos fundamentais de todos. O gestor escolar deve ser o propulsor das vivências do cotidiano. O ordenamento jurídico brasileiro define a Educação como direito de todos e dever do Estado e da família. A educação escolar é um bem público que implica a cidadania e seu exercício consciente, qualifica para o mundo do trabalho e é gratuita e obrigatória no ensino básico. É um direito reconhecido, assegurado pela legislação, e resulta na necessária cobrança de quem tem direito e na assunção de responsabilidades por quem de dever, para que seja respeitado.

O papel do gestor é o de assumir e liderar a efetivação do direito e do dever, no âmbito de suas atribuições. O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de apossar de padrões cognitivos e formativos e participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. Este direito tem como pressuposto a igualdade. Essa igualdade pretende que todos tenham iguais condições de acesso ao conhecimento e que possam ser bem sucedidos e reconhecidos como iguais, em sociedades politicamente democráticas. Junto com a igualdade, a legislação agrega a pluralidade. Pluralismo de idéias, de concepções pedagógicas, valorização da diversidade, de características regionais (CURY, 2007).

A igualdade, pluralidade e diversidade exigem qualidade. A qualidade do ensino busca um padrão científico e fundamentado dos conteúdos acumulados e transmitidos, aliado a um conjunto de conhecimentos e habilidades para o enfrentamento dos desafios da sociedade contemporânea. A qualidade supõe profissionais do ensino com sólida formação básica e constante atualização. A sala de aula, de ensino presencial, vai se tornando espaço do ensino virtual, pelo qual o mundo vem se transformando em uma grande sala de aula. A elaboração e a gestão do projeto pedagógico é de responsabilidade de toda a comunidade escolar. A gestão democrática, participativa capacita a comunidade educacional para desenvolver um projeto pedagógico de qualidade (CURY, 2007 p.483-495).

O direito à educação pressupõe o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes na sua vida escolar. Os gestores educacionais devem estar atentos ao financiamento da educação às questões do calendário escolar, o número de dias letivos e horas de carga horária mínima, à merenda escolar, ao livro didático, ao transporte escolar, à resolução de conflitos, à organização das turmas, etc. O PPP, o Regimento Escolar, o regimento interno definem de forma coletiva e articulada com a comunidade o andamento das atividades escolares. O PPP é a marca registrada da escola. Guarda as orientações, os critérios e as diretrizes dos órgãos normativos, cabe ao gestor liderar a sua elaboração e execução. A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (Art.37): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência (Brasil, 1988).

O plano de gestão na escola articula-se com o PPP, que foi constituído de forma democrática e participativa, e pela organização dos diversos segmentos participativos: Conselho Municipal de Educação, associação de pais e professores (CPM), integração e interação com toda a comunidade escolar, em consonância com os órgãos superiores e a legislação vigente. Na prática, as atividades de gestão democrática são vivenciadas, todos os dias, pela direção, assessoria pedagógica, funcionários, alunos e departamento municipal de educação. São desenvolvidas diversas atividades e a escola possui projetos individuais e coletivos premiados a nível de região e estado. São estabelecidas regras de convivência, desenvolve-se uma cultura de paz, os pais procuram e participam do dia-a-dia da escola. A dedicação e participação dos professores e alunos é prazerosa.

Os obstáculos (conscientização da comunidade para o poder da participação e falta de recursos humanos para a coordenação e construção do Plano de Gestão) e os objetivos (organizar o processo de participação e construção do Plano de Gestão) estão aos poucos sendo trabalhados e vencidos. Gestão democrática, nas escolas municipais de um pequeno município, é um processo novo, uma vez que, pela proximidade do poder público - Prefeitura há uma tendência de centralização, como forma de agilizar e de facilitar o trabalho das escolas e nas escolas. A direção da escola e a assessora pedagógica são designadas pela Prefeitura e fazem um trabalho muito dinâmico e eficiente com toda a comunidade escolar. A equipe do Departamento Municipal de Educação e Desporto faz um acompanhamento efetivo e orientador às escolas municipais.

### 3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA

A Gestão Democrática está posta na Constituição Federal de 1988 que consagrou os seus princípios e optou por um regime normativo, político, plural e descentralizado, que oportuniza a participação social e a cooperação.

Nas políticas educacionais, a gestão democrática é um princípio do Estado, Estado Democrático de Direito. A Gestão Democrática da Educação é estabelecida pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil-1996) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Embora a legislação seja formalizada para a educação pública, pelo seu caráter ético e axiológico, é

também direcionado às instituições escolares do setor privado. Assim sendo, a educação escolar torna-se pública como função do Estado, como dever do Estado, onde cada indivíduo possa tornar-se cidadão crítico e consciente, livre e igual. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 define a necessidade da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares e/ou outros.

A educação escolar deve pautar as suas ações nas diretrizes da Gestão Democrática da Educação oportunizando a participação de todos os segmentos envolvidos: Órgão Municipal de Educação, Equipe Diretiva da Escola, professores, funcionários, pais, alunos e comunidade escolar de forma organizada, onde todos possam ser ouvidos, nas tomadas de decisões, nos trabalhos coletivos, na cooperação. A Democratização da escola brasileira ainda é um desafio. Deve ser construída, e cabe às próprias comunidades educacionais a organização de movimentos no sentido da participação através de associações, conselhos de pais, conselhos escolares, conselhos de classe, e outros.

Carlos Roberto Jamil Cury (2005, P.14-19), no texto Princípio da Gestão Democrática na Educação afirma que: "A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência". Espera-se que a efetiva implantação da Gestão Democrática: "faça avançar a educação escolar como instituição republicana aberta à representatividade e à participação [...]".

Já Afonso (2001) apresenta o debate sobre o Estado-nação e a resignificação da (s) cidadania (s) e a reforma do Estado e as suas implicações para a compreensão das políticas educacionais, tendo como enfoque principal a sociologia dessas políticas educacionais e a emergência da regulação supranacional. As políticas educacionais até há pouco tempo expressavam uma ampla autonomia de decisão do Estado, o que vem diminuindo em função de fatores atuais relacionados à globalização e à transnacionalização do capitalismo. O Estado, uma organização política, mantém uma soberania sobre determinação território e exerce funções de regulação, coerção e controle social. O segundo elemento do binômio Estado-nação, a nação-concebida em termos de língua, cultura, religião, e

outros critérios históricos ou étnicos, na concepção européia, muitas vezes não leva em conta países como o Brasil, formado por muitos povos, culturas e línguas.

O papel da escola pública, escola do Estado, foi decisivo na construção de uma identidade nacional, foi decisivo na construção dos modernos Estados-nação por ter assumido a transmissão e a legitimação de um projeto de sociedade, integrados e homogeneizados. A relação da educação pública e a cidadania com a construção dos Estados-nação é complexa, sempre teve implicação políticas e culturais, as quais são retomadas hoje na redefinição do Estado, em função da globalização cultural e da transnacionalização de capitalismo (AFONSO, 2001).

O mesmo autor, (Afonso, 2001), diz que a crise do Estado-nação não é a morte do Estado ou do ideal de nação. É, principalmente, uma crise construída, porque nem todos os Estados são afetados pela globalização, nem pelos processos de transnacionalização do capitalismo, embora as hipóteses de globalização sejam cada vez mais reais. Na época em que vivemos, em que ocorre a transição entre o Estado-nação e o surgimento de novas instâncias de regulação global e transnacional, também surgem os desafios e a necessidade de olhar a política e a educação sob a ótica dos processos e conseqüências da reconfiguração e ressignificação das cidadanias, aos quais os sistemas educacionais, as escolas e as práticas pedagógicas não podem ignorar. A cidadania, no capitalismo, permite que os indivíduos possam ser tratados juridicamente como iguais e livres-condição necessária para o estabelecimento de relação mercantis e exploração e não resolve as verdadeiras e reais desigualdades sociais e econômicas (AFONSO,2001).

Em sentido restrito, a cidadania pressupõe o reconhecimento de uma relação jurídica de pertença a uma comunidade política, que lhe dá acesso a direitos elementares. Nas sociedades capitalistas democráticas, as políticas sociais e educacionais podem ser instrumentos de controle, mas, por outro lado, podem ser vistas como concretização e expansão dos direitos sociais, econômicos e culturais. Nessa fase de transição, é necessário estar atento a todos os debates em torno de desenvolvimento possíveis, experiências sociais e políticas que estão surgindo.

Segundo a visão do autor (Afonso, 2001), a autonomia relativa do Estado-nação está sendo dominada pelos processos de globalização, é de transnacionalização do capitalismo. Estes processos podem estar voltados para garantir interesses, nem sempre positivos e desejáveis, mas também permite

movimentos e iniciativas concretas de mudança social, ampliados globalmente (direitos do seres humanos, preservação da vida na Terra). Acontece uma reforma do Estado. Com a globalização surgem em todos os países as organizações em instâncias de regulação supranacional (ONGs, MERCOSUL, União Européia...Banco Mundial...). Surgem as expressões entre outras, Estado-regulador, onde o estado passa a ser um regulador do processo de mercado e Estado-Avaliador, com forte presença na educação básica e hídrica no ensino superior.

Termina (Afonso, 2001) o texto, dizendo que a conclusão é provisória, uma vez que vivemos num período de transição e sugere que análise sociológica das políticas educacionais se faz necessária para ir mais além para encontrar "políticas de transformação". As ideias principais capturadas desembocam no título do texto e trazem uma importante reflexão sobre o período social/político/econômico em que se vive atualmente a nível global, podendo-se dizer que a escola reflete todas as transformações e acontecimentos, sendo um dos principais espaços de reprodução e/ou mudanças. Com o estudo do texto e com os fundamentos teóricos apresentados, é possível uma reflexão sobre a fase de transição em que vivemos e a compreensão das políticas educacionais adotadas, bem como sobre a busca de "políticas de transformação", sugeridas pelo mesmo.

O Município de Quinze de Novembro possui Sistema Municipal de Ensino, regulamentado pela Lei nº 685/2000 de 16 de Outubro de 2000, e regulamentado pela Lei nº 685/2000, de 16 de Outubro de 2000. Possui também, o Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei Municipal nº 105/91 de 19 de Junho de 1991 e alterada pela Lei Municipal nº 218/93 de 17 de Maio de 1993, é órgão da educação coletiva, com funções normativas, consultivas e de planejamento educacional reger-se-á por este regimento, observadas as normas e disposições fixadas nas referidas Leis.

Pode-se dizer que os avanços do financiamento da educação básica, a partir da Constituição Federal de 1988, foram de fundamental importância para a democratização da distribuição dos recursos públicos na área da educação. A partir da distribuição dos recursos, necessários se fazem os mecanismos de controle de sua aplicação e prestação de contas, nas esferas nacionais, estaduais e municipais e, ainda, nas escolas.

Chega-se, então, à importância dos órgãos de controle, como Tribunal de Contas, e dos Conselhos representativos da sociedade, destacando-se o CACs e o FUNDEB, que acompanham e controlam a distribuição, transferência e aplicação do Fundo, junto à União, Estados e Municípios recursos do FUNDEB, PNATE, atendimento de jovens e adultos e PAR. Importantes, também, no controle da aplicação dos recursos, são as assembleias legislativas, as câmaras de Vereadores, os Conselhos Municipais de Educação, as Associações de Pais e Mestres, os Conselhos Escolares, órgãos instituídos democraticamente e que representam a sociedade na gestão de recursos públicos.

As mudanças no ordenamento legal da educação das últimas décadas representaram avanços importantes para viabilizar os direitos de acesso, de permanência e de condições de qualidade na Educação Básica, com equidade e igualdade (FARENZA; MACHADO, 2014).

A gestão democrática é uma prática prevista na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE). É uma forma de exercer a democracia participativa, podendo contribuir para a própria democratização da sociedade. Neste contexto a escola, enquanto bem público configura-se na universalização do acesso de todos à educação e a garantia de padrão de qualidade, e torna-se importante destacar que a democratização da educação não se limita ao acesso à escola, mas torna-se necessário também garantir que todos que ingressam na escola tenham condições para nela permanecerem com sucesso (PARO,2007).

A escola democrática supõe a criação de mecanismos e instrumentos de participação de todos os entes envolvidos na escola. Paro trata da democratização da escola pública, abordando-a sob os aspectos da promoção da partilha do poder entre dirigentes, professores, pais e funcionários e a participação de todos os envolvidos nas tomadas de decisões relativas ao exercício das funções da escola, visando à realização das finalidades da escola. O autor estudado (PARO, 2007) considera alguns pontos importantes para a busca da democratização da escola pública: 1) direção colegiada da escola, com distribuição democrática do poder; 2) estrutura didática, considerando os avanços e contribuições e de acordo como desenvolvimento da criança e do adolescente; 3) redimensionamento do currículo, busca da formação do currículo na busca da formação integral do educando; 4) atenção ao trabalho docente, condições de trabalho, planejamento, execução e

avaliação do trabalho; 5) afirmação da autonomia do educando e sua participação nas tomadas de decisões escolares; 6) estímulo à efetiva integração da comunidade à escola pública.

A partir das reflexões decorrentes dos pontos citados pode-se fazer uma relação com a realidade da comunidade escolar local e das escolas do município de Quinze de Novembro. As escolas municipais possuem diretora, assessoras pedagógicas e supervisoras indicadas pela Administração Municipal, não possuem Conselho Escolar e Grêmio Estudantil, oficialmente criados, embora a participação espontânea de todos os segmentos da comunidade escolar seja significativa e atuante. As escolas possuem associação Círculo de Pais e Mestres, atuante e envolvido em todos os projetos e atividades. Realizam periodicamente Conselho de Classe, que avalia, juntamente com a Direção e Assessoria Pedagógica, o desenvolvimento escolar dos alunos.

Os professores possuem, dentro de sua carga horária semanal, horário destinado para estudos e planejamento, o que é realizado em conjunto com todos, sistematicamente, coordenado pela equipe diretiva. O DMED proporciona encontros de estudos e de formação continuada, dentro e fora do município, buscando sempre melhorar a qualidade do ensino. O trabalho desenvolvimento é dinâmico e envolve os professores, funcionários, alunos, pais e comunidade escolar, desenvolve - se vários projetos institucionais e, muitos, projetos de iniciativa de alunos e professores, em sala de aula, em atividades extraclasse, atividades na comunidade e até projetos a nível regional e estadual.

O Município possui Sistema Municipal de Ensino e Conselho Municipal de Educação. O PPP -Projeto Político Pedagógico das Escolas foi construído envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar. Por ser um Município pequeno, as escolas ficam próximas umas das outras e perto de todos, podendo haver assim um melhor relacionamento e troca de experiências. Neste sentido é importante destacar a parceria que ocorre com a escola do estado onde a maioria dos professores municipais também atuam a qual já conta com um Conselho Escolar atuante e Grêmio Estudantil em fase de reativação.

Percebe-se que há necessidade de que a legislação municipal oportunize a criação de Conselho Escolar, por exemplo, ou a normatização da eleição da equipe diretiva, embora exemplos bem próximos, indiquem como o próprio autor do texto



afirma que a equipe diretiva e o Conselho Escolar acabam tendo que cumprir orientações superiores. Há muito que caminhar para que escola seja um autêntico espaço democrático, pois o que ocorre, e muito ainda, é que os recursos humanos disponíveis para a organização, estudos, discussões, coordenação e acompanhamento dos segmentos da comunidade escolar, são insuficientes e estão sobrecarregados, sendo assim um obstáculo para que ocorra a qualidade tão esperada no ensino público.

### 3.3 INCLUSÃO

A Inclusão depende de mudanças de valores da sociedade e de vivência de um novo paradigma que não se faz com simples recomendações técnicas, mas com reflexões dos professores, direção, pais, alunos e comunidade. Contudo essa questão não é tão simples, pois devemos levar em conta as diferenças, a diversidade. Segundo Kunc (1992), sobre inclusão:

O princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a idéia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo.

O marco histórico da inclusão foi em julho de 1994, com a Declaração da Salamanca Espanha, realizado pela UNESCO, na Conferencia Mundial Sobre Necessidade Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, assinado por 92 países, que tem como princípio fundamental: "todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças que apresentem".

À medida que a Constituição Federal brasileira adota como princípio a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" compreendido como efetivação do objetivo ser republicano de "promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação", prevê uma sociedade com escolas abertas a todos, em qualquer etapa ou modalidade, bem como o acesso a níveis mais elevados de ensino (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 2008), refere-se sobre o aluno estar "preferencialmente" incluindo na escola regular, em serviços de

apoio, ou em classes, escolas especializadas, em função das condições específicas do aluno.

A Resolução nº 2/2001 do CNE, instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001): Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos.

Em várias partes do mundo, o processo de inclusão vem sendo aplicado em cada sistema social. A inclusão escolar "implica numa reorganização estrutural da escola, de todos os elementos da prática pedagógica, considerando o dado do múltiplo, da diversidade e não mais o padrão, o universal" (C.MARQUES e MARQUES, 2003, p.235).

A educação inclusiva não é um compromisso da Educação Especial, e sim da Educação Comum, (Blanco, 2002, p. 6) diz: no sentido de "que contribua de maneira significativa ao desenvolvimento de escolas de qualidade para todos, com todos e entre todos".

Ainda, Mantoan (1997, p. 36 e 37) acrescenta: "o fim último da educação inclusiva é a conquista da autonomia moral e intelectual de pessoas com deficiência".

Para as autoras Forest e Pearpoint (1997, p138) o princípio da inclusão:

Inclusão NÃO trata apenas de colocar uma criança deficiente em sala de aula ou em uma escola. Esta é apenas a menor peça do quebra-cabeça. Inclusão trata, sim, de como nós lidamos com a diversidade, como lidamos com as diferenças, como lidamos (ou como evitamos lidar) com a nossa moralidade. (...) Inclusão é reconstruir nossos corações e nos dar as ferramentas que permitam a sobrevivência da humanidade como uma família global.

Assim sendo, as escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos, mediante currículos apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino de qualidade para todos, exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualizações e reestruturação das condições atuais, para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos

aprendizes. Os educadores devem estar dispostos a romper com paradigmas e manterem-se em constantes mudanças educacionais progressivas, criando escolas inclusivas e de qualidade, (BORGES, 2011).

Também, quanto á formação de professores, (PERRENOUD & FERREIRA 2006, p. 3 e 4) afirmam que:

A construção das escolas de qualidade e inclusivas para todos deve, dessa forma, necessariamente envolver o desenvolvimento de políticas escolares de desenvolvimento profissional docente com vistas a prepará-los pedagogicamente para trabalhar com a pluralidade sócio-cognitiva e experiencial dos estudantes por meio de enriquecer conteúdos curriculares que promovam a igualdade, a convivência pacífica, a aprendizagem mútua, a tolerância e justiça social.

A Educação Inclusiva se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é favorável à escolarização de todas as pessoas, visando que tanto os alunos ditos "normais", quanto os alunos com necessidades especiais aprendem a viver com a diferença. Para Mantoan (2005) todos ganham com a experiência que se vive com a diferença, pois se não experimentam esta forma de viver, seja na infância ou na vida adulta, terão dificuldades em vencer os preconceitos.

Macedo (2006), afirma que os Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEEs) em salas de escolas regulares não dificultam o andamento das aulas, nem o desempenho dos outros alunos, muito adverso a isso, a presença de tais alunos facilita que todos desenvolvam um processo de inclusão entre si e influi para que todos aprendam a respeitar e a valorizar as diversidades de cada indivíduo.

Construir a escola inclusiva significa articular democracia, participação e autonomia. Sua implementação não será um processo fácil, pois o compromisso em atender com qualidade e eficiência pedagógica a todos os alunos é um compromisso com a melhoria da qualidade educacional para todos, o que somente será concretizado com a consciência e a valorização dos fatos e das normas coletivas mediadas pela responsabilidade social. Só assim a escola cumprirá seu papel de transformação social.

## 4 METODOLOGIA

A Metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa qualitativa, considerando a coleta de dados, contato direto entre pesquisador e pesquisados que estiveram, de alguma forma, envolvidos em estudos empíricos sobre o cotidiano escolar e no contexto da realidade social. Conforme indica Gonçalves (2003, p. 68), a pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão e com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica, ou seja, que envolve a compreensão humana.

Entende-se que o caso vai se construindo durante todo o processo de estudo e só se materializa no relato final, quando torna evidente que constitui-se em um estudo de caso segundo Ludke e André (1986, p.17), pode ser aplicado quando o pesquisador quer verificar uma situação singular, particular. A pesquisa pode retratar a complexidade da situação em particular, na pesquisa pode ser utilizada uma variedade de fontes como: questionários, documentos, atas, memorandos, entre outros. E analisar a compreensão humana implica uma abordagem que remeta a aproximação dos sujeitos com a pesquisa, validando a preocupação de não tornar o estudo uma redução à operacionalização de variáveis. Minayo (1994, p.21 e 22) afirma que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações e crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Segundo André (1995), compreende que a dimensão institucional ou organizacional entrelaça a prática escolar, a dimensão institucional ou pedagógica, onde traça experiência professor-aluno-conhecimento e ainda vai ao encontro da dimensão sociopolítica cultural que estrutura a prática educativa.

Na pesquisa foi utilizado um questionário que foi destinado aos pais, professores, auxiliares de educação e gestores, a fim de coletar informações do grupo onde foi analisado o contexto e fenômenos envolvidos no estudo de caso. O questionário continha questões iguais para toda a comunidade escolar. Além do

questionário foi realizada uma investigação da documentação das escolas como o Projeto Político Pedagógico e o regimento escolar.

O estudo foi realizado na rede das Escolas Municipais de Quinze de Novembro/RS, EMEF Progresso, EMEF Santa Clara, EMEF Deodoro Marechal da Fonseca, EMEF Nossa Senhora de Lourdes, EMEI Pequeno Polegar Professora Gerarda Michels Prante. A Pesquisa contou com a participação das Diretoras, equipe pedagógica, professores, supervisores escolares e pais.

#### 4.1 INSTRUMENTOS E AUTORES DA PESQUISA

O cenário da pesquisa-ação são as 5 (cinco) Escolas Municipais sob responsabilidade do município de Quinze de Novembro RS, que seguem descritas através de um breve histórico:

1) EMEI Pequeno Polegar - Prof.<sup>a</sup> Gerarda Michels Prante, localizada na sede municipal, com o número 170 alunos. Situada à Rua Alberto Schmidt, 1545, Centro, Quinze de Novembro, RS, CEP 98230-000, foi criada pelos seguintes Atos Legais: Lei Municipal nº 262/1994, de 15-3-1994 que cria e instala; Lei Municipal nº 443/1997, de 25-4-1997 que cria e denomina; Portaria nº 1.552/2000, de 6-11-2000 que designa a Escola Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar. A Lei Municipal nº 1.795/2012, de 02 de janeiro de 2012: Estabelece mudança de endereço para o prédio construído através do programa Pró-infância, junto a Rua Alberto Schmidt, e a mesma terá a denominação de EMEI Pequeno Polegar – Professora Gerarda Michels Prante.

A escola funciona em turno integral, nos turnos da manhã das 07h às 12h e no turno da tarde das 13h às 18h15m, possuindo 170 crianças matriculadas, distribuídas nas turmas de berçários, maternais e pré-escola. A escola tem como missão contribuir para a constante melhoria das condições educacionais de nossa sociedade, com o objetivo de assegurar uma educação de qualidade as nossas crianças em um ambiente social e individual, participativo, criativo e inovador e de respeito às diferenças. O espaço físico da escola conta com: sala dos professores, sala da direção, sala da secretaria, cozinha, refeitório, lactário salas de aula, área coberta, espaço para recreação, pracinha. A escola é mantida pela Prefeitura

Municipal de Quinze de Novembro, de onde vem todo o suporte pedagógico e administrativo, onde também é ofertado o atendimento psicológico, psicopedagógico também temos um acompanhamento nutricional para as crianças da rede municipal. Para promover autonomia da rede municipal de ensino participamos do Programa Dinheiro na Escola (PDDE) e Brasil Carinhoso, e participamos dos projetos de Educação Fiscal, Programa Saúde nas Escolas, Programa “A União Faz a Vida”. São desenvolvidas ainda na escola: Oficina do Movimento, Festa de Carnaval, Chá em Homenagem as Mães, Noite do Super Pai, Semana da Criança, Festa Junina e participamos de campanhas e eventos comunitários. Trabalhamos com amor, dedicação e profissionalismo para receber a todos.

2)EMEF Marechal Deodoro da Fonseca, localizada em Picada Café, atendendo o número de 22 alunos. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Marechal Deodoro da Fonseca em funcionamento desde 01 de março de 1918, obteve os seguintes Atos Oficiais: I – Decreto Municipal de Criação: nº 449/77, de 21 de dezembro de 1977. II – Portaria/Decreto de Reorganização: Nº 09117/78 de 19 de junho de 1978, que autoriza a designação de Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Marechal Deodoro da Fonseca para Escola Municipal Marechal Deodoro da Fonseca. III – Portaria Municipal Nº 1.282/98 de 04 de janeiro de 1999, de acordo com a Resolução nº 001/98, de 03/11/98, do Conselho Municipal de Educação, que autoriza a designação de Escola Municipal Marechal Deodoro da Fonseca, para Escola Municipal de Ensino Fundamental Marechal Deodoro da Fonseca.

São desenvolvidos projetos na área da Educação Fiscal, horta jardinagem, leitura e matemática, realizados durante todo o ano pelos alunos e professores com participação dos pais e comunidade escolar. Em 2015, os alunos criaram um logotipo para os uniforme da escola, simbolizando a escola do campo e os caminhos/escolhas que ela nos proporciona para um futuro melhor.

3)EMEF Nossa Senhora de Lourdes, localizada na Volta Gaúcha, atendendo o número de 23 alunos. Com funcionamento desde 01 de março de 1959, obteve os seguintes Atos Oficiais: I – Decreto Municipal de Criação: nº 449/77, de 21 de dezembro de 1977. II – Portaria/Decreto de Reorganização: Nº 08751/78 de 13 de junho de 1978, que autoriza a

designação de Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Nossa Senhora de Lourdes para Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes III – Portaria Municipal Nº 1.280/99 de 04 de janeiro de 1999, de acordo com a Resolução nº 001/98, de 03/11/98, do Conselho Municipal de Educação, que autoriza a designação de Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, para Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Lourdes.

4)EMEF Progresso, localizada na Sede Municipal, atendendo o número de 192 alunos. Situada à Rua Dona Etelvina 1260, Bairro Colina, em funcionamento desde 01 de março de 1926, obteve os seguintes Atos Oficiais: I – Decreto Municipal de Criação: nº 449/77, de 21 de dezembro de 1977. II – Portaria / Decreto de Reorganização: Nº 07903/78 de 25 de maio de 1978, que autoriza a designação de Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Progresso para Escola Municipal Progresso. III – Portaria Municipal Nº 1.285/99 de 04 de janeiro de 1999, de acordo com a Resolução nº 001/98, de 03/11/98, do Conselho Municipal de Educação, que autoriza a designação de Escola Municipal Progresso para Escola Municipal de Ensino Fundamental Progresso. IV – 01/03/2006 – Transferência da Escola para o centro do município, conforme Portaria Municipal 2.791/2006 de 21 de julho de 2006.

A escola funciona em dois turnos: no turno da manhã com início às 07h30minh e término às 11h40minh e o turno da tarde com início às 13h e término às 17h. São atendidas 192 crianças do 1º ao 9º ano do ensino fundamental de nove anos. O espaço físico da escola conta com: Sala de Direção e Secretaria – adaptada, Sala dos Professores, Cozinha, Refeitório, Sanitários, Acessibilidade, Salas de aula, Área coberta, Espaço para recreação, Segurança (Parte do espaço físico da escola é fechada com grades e outra parte com tela). A escola é mantida pela Prefeitura Municipal de Quinze de Novembro, de onde vem todo o suporte pedagógico e administrativo. Para promover sua autonomia da rede municipal de ensino participa do Programa Dinheiro Na Escola (PDDE) e também conta com a colaboração da CPM (Círculo de Pais e Mestres). Tendo como Tema: O lema: “Estimulando Ações Cooperativas para Promover a Cultura de Paz” oferece aos alunos como forma de qualificar o ensino projetos/participações/parcerias que são

desenvolvidos com a comunidade escolar: Oficinas/palestras; Programa “A União Faz a Vida” – SICREDI/Prefeitura Municipal; Projeto Escola no Campo – SINGENTA; Projeto Dupond–Löser Cereais, Programa Municipal de Educação Fiscal; Projeto Oratória nas Escolas; PROERD; Caravana da Leitura; Programa Saúde na Escola; Eventos Comunitários e Campanhas; Festa Junina/Dia das Mães/Feijoada dos Pais. Destacamos ainda, as diversas atividades realizadas em nosso educandário com o intuito de estimular o aprendizado do aluno e por dispormos de atendimento especializado aos alunos com dificuldades de aprendizagem no contra turno, através do Projeto Laboratório de 19 Aprendizagem e estarmos regulamentando no AEE- Atendimento Educacional Especializado, trabalhando com a inclusão de alunos com deficiência vimos a necessidade de ampliação de nosso prédio, pois estas atividades não estão ocorrendo com êxito devido a falta de espaço físico adequado/salas.

5)EMEF Santa Clara, localizada em Santa Clara do Ingaí, município de Quinze de Novembro – RS, atendendo o número de 77 alunos. Foi reorganizada de acordo com a resolução nº 111/74 – CEE, através do Decreto nº 27323 de 12 de julho de 1978, publicado (a) no Diário Oficial de 12 de julho de 1978, obteve, desde sua criação, os seguintes atos oficiais: I – Decreto nº 6925 – eleva a Escola Reunida de 07/03/1956, publicada no Diário Oficial de 09/03/1956; II – Decreto nº 7427, revoga o art. 1º do Decreto nº 2343, que transfere em Escola Rural de 19/11/56, publicada (o) no Diário Oficial de 16/12/56; III – Decreto nº 19818 de 13/08/69, considera Escola Rural, publicado (a), no Diário Oficial de 16/08/69; IV – Decreto nº 27323 de 12/07/78, reorganiza e denomina, publicada (o) no Diário Oficial de 12/08/1978; V – Portaria nº 12770 de 19/05/1982, autoriza o funcionamento da 6ª série a partir de 1982 publicado (a) no Diário Oficial de 24/05/82; VI – Portaria nº 4522 de 17/02/83, autoriza o funcionamento das 7ª e 8ª séries respectivamente 1983 e 1984 e designa Escola Estadual de 1º Grau Santa Clara publicado (a) no Diário Oficial de 23 de fevereiro de 1983 (23/02/1983); VII – Portaria Ato/SE 00049 de 14 de fevereiro de 1997, transfere a manutenção e altera denominação para Escola Municipal de 1º Grau Santa Clara, publicado (a) no Diário Oficial de 18/02/97; VIII – Resolução nº 001/98, de 03 de



novembro de 1998, do Conselho Municipal de Educação, altera denominação para Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Clara; IX – Portaria nº 1.283/99 de 04 de janeiro de 1999, designa Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Clara.

Nessa perspectiva, coletou-se informações do cotidiano escolar, objetivando superar as dificuldades que impedem que as práticas docentes que se articulam no processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva inclusiva, sejam analisadas, com o propósito de orientar para que as políticas de inclusão educacional sejam conhecidas e efetivadas para que se proceda a uma prática educativa eficaz, que promova a inclusão dos alunos com deficiência em escolas regulares e o desenvolvimento das aprendizagens significativas.

Desde que a inclusão é uma realidade, os alunos especiais são incluídos na sala de aula normal com auxiliar de ensino quando necessário, desde que a educação infantil até os anos finais, sendo que alguns alunos possuem laudos.

Os professores são treinados e preparados para lidar com as diversidades sendo que, observando as dificuldades em sala de aula, são encaminhados para a equipe de Apoio a Aprendizagem que é composta por uma equipe multidisciplinar composta pelos seguintes profissionais: psicopedagoga institucional e clínica, psicóloga, fonoaudióloga, médico, assistente social, que são disponibilizados pelo Departamento Municipal de Educação, Departamento Municipal de Saúde e Assistência Social através da Gerência de Desenvolvimento Humano.

Quando apresentar uma demanda de profissional que o município não possui após estudo social o profissional é contratado e disponibilizado gratuitamente para realizar o atendimento do aluno, inclusive o município realiza a logística (transporte) do aluno da sua residência até ter o pleno atendimento.

A equipe multidisciplinar realiza a análise do diagnóstico do aluno de acordo com a adequação do currículo, projetos e atendimento da escola. A atuação é pautada em ações institucionais preventivas e interventivas, visando o pleno desenvolvimento dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e/ou necessidades educacionais especiais. A equipe avalia, acompanha, faz estudo de caso e formula relatórios a respeito do aluno com o intuito de facilitar o atendimento no caminhar da escola. Os casos especiais são encaminhados para o Município de Ibirubá na APAE (Associação de Pais e Amigos Excepcionais), pois o DMED

mantém convênio anual com esta instituição para realizar atendimento aos alunos aos quais o Município não tem suporte suficiente para prestar o devido atendimento. Consideramos a educação especial uma realidade que não possui receitas prontas e a cada dia nos revela surpresas e obstáculos, buscando o melhor bem estar e a inclusão destes alunos. Muitas vezes realizamos atendimento domiciliar e apoio logístico dos mesmos.

Os alunos são oriundos do município de Quinze de Novembro, são atendidos pelo transporte escolar, este programa dispõe de três ônibus escolares adaptados para o transporte de alunos na cadeira de rodas e com mobilidade restrita.

Os fundamentos pedagógicos estão firmados no Projeto Político Pedagógico que tem por objetivo formar um aluno consciente da necessidade de sua auto-preparação e seu pleno desenvolvimento crítico-participativo, construindo assim, uma escola capaz de atender as aspirações do homem e da sociedade, formando alunos que tenham consciência da necessidade de buscar o conhecimento e reconhecer a importância de sua formação e seu pleno desenvolvimento dentro da comunidade escolar. Evidenciar os direitos e deveres mais elementares para assim construir uma vida digna dentro da sociedade, onde prevaleça a justiça e o bem comum.

Na perspectiva, foram estabelecidos alguns objetivos para analisarmos as ações dos gestores das escolas municipais com a finalidade de que as escolas se tornem efetivamente uma escola inclusiva:

- 1) Analisar as ações dos gestores para que as escolas se tornem efetivamente uma escola inclusiva.
- 2) Analisar sobre o perfil dos gestores na construção do processo de educação inclusiva;
- 3) Analisar como a gestão percebe o processo de inclusão e quais as práticas que desenvolve para a efetivação deste processo;
- 4) Identificar as dificuldades que a gestão percebe para a inclusão dos ANEEs.

Os instrumentos utilizados foram a entrevista aberta (conversa) e um questionário. O questionário foi entregue para professores de turma inclusiva, supervisora do DMED, Coordenadora de Educação, Psicóloga, Psicopedagoga.

Segundo Martins (2008) o pesquisador precisa ficar atento ao planejar a entrevista, ter algum conhecimento prévio sobre o entrevistado, falar pouco, ser um bom ouvinte e registrar os dados e informações durante a entrevista. Assim a entrevista aberta foi aplicada aos gestores das instituições, e constitui uma fonte rica na coleta de informações de dados, proporcionando informações relacionadas ao quantitativo de alunos com necessidades educacionais especiais, bem como expressando em sua fala suas ações desenvolvidas nas escolas, com a finalidade de torná-las escolas abertas a todos com iguais oportunidades para que os ANEEs ingressem e possam garantir sua permanência.

#### 4.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Para atingir esses objetivos, o trabalho deu-se em quatro fases, mas interligados e seguiu os pressupostos descritos por Lucke e André (1997, p.13-18): "Primeiro a fase exploratória que consiste na definição do objeto estudado, localizando os informativos e as fontes de dados necessárias para o estudo". Na segunda fase é a delimitação do estudo, após a identificação dos elementos -chave e o contexto do problema, inicia-se a coleta de dados por meio de instrumentos estruturados ao objeto estudado (questionário, conversa, observações e outros). E na terceira fase na análise sistemática e a elaboração do relatório que consiste no esboço que pode ser apresentado por meio escrito. A quarta fase a prática de estudo de caso que consiste na generalização dos resultados.

No primeiro momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que constitui na revisão da literatura para uma melhor definição do problema, oportunidade de pesquisa e para um melhor subsídio do referencial teórico. Este momento foi fundamental para a formulação do problema de pesquisa e a construção de um novo "olhar" sobre a utilização do método. Nesta etapa foram elaborados os questionamentos.

No segundo momento, constitui um trabalho de campo propriamente dito. Foi utilizado como técnica a coleta de dados (conversa) e o questionário. Na pesquisa foi utilizado um questionário que foi destinado aos pais, professores, auxiliares de educação, gestores, coordenadora de educação, a fim de coletar informações do grupo onde foi analisado o contexto e fenômenos envolvidos no

estudo de caso. O questionário continha questões iguais para toda a comunidade escolar. Além do questionário foi realizada também uma investigação da documentação das escolas com o Projeto Político Pedagógico e o regimento escolar.

No terceiro e último momento passou-se para a análise das informações colhidas em campo, em que este ocorreu de modo constante durante toda a pesquisa. No entanto, a análise formal e sistemática teve início somente após o fim da coleta de dados. Nesse momento, o distanciamento temporário do campo foi importante para que construísse um fio condutor entre a fundamentação teórica à análise das informações colhidas.

## 5 ANÁLISE E RESULTADO DA PESQUISA

A proposta deste trabalho baseia-se na pesquisa sobre o a implementação de políticas de inclusão na gestão escolar. Percebe-se o envolvimento das diretoras em desenvolver uma Política Nacional de Educação Inclusiva, de acordo com a Declaração Mundial de Educação para todos de 1990 e a Declaração de Salamanca (1994), pois tem o entendimento sobre a importância de uma proposta de Educação Especial que valorize os diferentes contextos e estilos visando entender as particularidades que exige uma Educação Inclusiva.

A inclusão, no contexto escolar proposto pelos gestores, é a convivência com a diversidade, colocando-se diante de um paradoxo, no qual igualdade e diferença são defendidos. A discussão da igualdade nas escolas está contida no direito de todos à educação. Quando abordamos a questão da deficiência em relação à nossa sociedade, é muito natural que se manifestem sentimentos como medo, pena, raiva, repulsa. Tais sentimentos estão muito ligados ao desconhecimento e às idéias preconcebidas que existem com relação às pessoas com deficiência.

Apesar de a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino ser um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, isso não é suficiente para garantir a construção e o desenvolvimento de um sistema educacional de ensino. Para tanto, é necessário que a comunidade escolar se disponha a aceitar e a participar desse processo, que é mais complexo do que somente inserir a criança com deficiência, fisicamente, numa sala de aula comum. O movimento de transformação não pode ser imposto, mas também não pode depender exclusivamente de decisões pessoais e das reações emocionais de um ou outro profissional.

Diante do que foi colocado neste trabalho percebe-se a relevância do papel da gestão escolar diante da construção da escola inclusiva, pois cabe a gestão escolar garantir a acessibilidade aos alunos com necessidades educacionais especiais, bem como a gestão democrática e participativa que garantam a possibilidade de modificação do atual sistema de educação escolar. Os gestores apesar de encontrarem dificuldades ao longo do exercício da sua função, deve procurar com o apoio de sua equipe soluções para que os alunos com necessidades

educativas especiais permaneçam na escola regular de ensino e tenham sucesso em suas aprendizagens. E assim Cury (2006, p. 3) afirma: "a primeira garantia é que ele esteja inscrito no coração de nossas escolas cercado de todas as condições. Nesse sentido, o papel do gestor é o de assumir e liderar a efetivação desse direito no âmbito de suas atribuições".

Foi indagada como se promove a inclusão escolar e como é a sua aceitação pelos professores, segundo os gestores a elaboração começa a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, feita com a participação de todos os envolvidos nesse processo. Eles consideram o PPP o princípio norteador para a escola inclusiva, e afirmam que hoje os professores, quase em sua totalidade, são adeptos à inclusão, procurando em sua formação continuada fazerem cursos nesta área.

E ainda, de acordo com os gestores, os objetivos de ensino e os conteúdos selecionados acontecem a partir das necessidades dos alunos, potencializando a preparação curricular e projetos no âmbito escolar, visando possibilidades de adaptação dos ANEEs, respeitando-o em sua individualidade, seu ritmo e seu aprendizado, proporcionando-lhe assim possibilidades de pertencer ao grupo e fazer parte das relações institucionais, de forma a poder desenvolver seus potenciais.

Acrescentam ainda, que é possível perceber que aqueles professores que não são receptivos à inclusão e na escolha de turma já se excluem não se disponibilizando em desenvolver esta proposta, sempre considerando a inviabilidade, justificando que não estão preparados, outro ponto mencionado é a escassez de materiais adequado nas escolas.

Bueno (1999) assinala que a formação de professores para atuar com a inclusão escolar primeiramente deveria englobar a formação teórica sólida ou uma formação adequada no que se refere aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos; e seguir depois para uma formação específica sobre características, "necessidades e procedimentos didáticos-pedagógicos para as diferentes áreas de deficiência".

A partir dos dados obtidos pelos questionários é possível observar que:

- 98% possuem especialização (uma ou mais)
- 100% possuem graduação;
- média de 8 a 10 anos de experiência em educação;

- 98% participaram da construção do PPP;
- 95% entendem o significado de uma Escola Inclusiva e o termo Inclusão;
- 100% declaram ter uma relação ótima com os ANEEs;
- 100% declararam a importância da sala de recursos;
- 95% consideram que o gestor tem procurado melhorar as condições, visando garantir a permanência do ANEEs, assim como uma educação de qualidade.

Em relação à formação continuada ficou claro que 98% dos docentes são especialistas mais de uma vez. Diante do número de alunos com necessidades educativas especiais matriculados que estamos nos deparando nas escolas, os professores entendem o significado da inclusão educacional como uma proposta que precisa ser aplicada no cotidiano escolar, observando uma escola na sua totalidade de inclusão. O próprio Ministério da Educação (Brasil,1998) reconhece que a inclusão não é somente matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, desconsiderando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica.

Os dados dos questionários evidenciaram que 95% dos professores entendem as escolas como inclusivas, diante da Proposta Política Pedagógica da instituição que envolve ações coletivas nas práticas inclusivas e a presença de uma equipe de educadores especialistas que asseguram o apoio para o planejamento pedagógico, proporcionando um direcionamento de suas ações. Mantoan (2003) confirma que a inclusão é um motivo a mais para que a educação mude, para que os professores aperfeiçoem as suas práticas e que ocorra modernização e reestruturação nas escolas, para que possam responder às necessidades de cada um de seus alunos. Os 3% dos professores responderam a falta de conhecimento, e a falta de formação. Mencionam também que sentem-se despreparados para a tarefa pedagógica com os ANEEs, e afirmam que não sabem o que fazer, mas, por outro lado, acreditam que essas dificuldades relatadas podem ser resolvidas, pois estão em busca de alternativas e conhecimento. Sendo que 100% questionou a importância de o Município ainda não possuir sala de recursos.

Quanto ao PPP, se 98% dos docentes participaram de sua elaboração, está claro que houve uma participação da maioria deles e se os 2% que não participaram

justificaram que não participaram de sua elaboração, mas o conhecem, ou fizeram a leitura da versão que foi disponibilizada permanentemente no Departamento Municipal de Educação e Desporto e nas escolas. Acerca do valor da participação dos professores, Veiga (1998, p. 23) declara:

As escolas perseguem finalidades. É importante ressaltar que os educadores precisam ter clareza das finalidades de sua escola. Para tanto, há necessidades de se refletir sobre a ação educativa que a escola desenvolve com base nas finalidades e nos objetivos que ela define.

No que tange a relação com os ANEEs, segundo todos os professores existe um vínculo de confiança e de troca com os alunos com necessidades educativas especiais, tanto aluno- aluno, aluno- professor, aluno equipe escolar, bem como o respeito de cada aluno em sua individualidade e as suas diferenças. Essa relação mencionada pelos professores é fundamental, pois isso acaba por determinar o sucesso ou o fracasso na aprendizagem, sendo observado também o lado social e afetivo, proporcionando-lhes a oportunidade de conviver com os outros alunos que não tem a mesma dificuldade. Segundo Bobbio (1992), a construção de um novo paradigma social e educacional em que a diversidade e as diferenças são reconhecidas e respeitadas, para que as pessoas consigam viver com mais qualidade, considera como um dos princípios da luta pela garantia dos direitos humanos.

De acordo com 95% dos professores, o gestor tem demonstrado empenho para garantir não apenas a permanência dos ANEEs, como também uma educação qualidade, com uma postura democrática, afirmam que a escola fez adaptações em espaço físico para eliminar as barreiras de locomoção, além de banheiros adaptados para atender os ANEEs. Mencionaram ainda que nas reuniões pedagógicas sempre procuram desenvolver, periodicamente, projetos e palestras, visando o envolvimento e a participação dos professores, bem como o estudo do currículo, promovendo assim, as adaptações curriculares necessárias. O restante, os 5%, alegaram que os gestores ainda continuam com problemas na autonomia financeira, pois precisam melhorar aspectos físicos nas escolas e oferecer mais tecnologia assistivas a seus alunos e para isto não há autonomia econômica para tanto. Mas, para Mantoan (1997), no processo educativo, os recursos físicos e os meios materiais cedem sua prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação, exigindo



mudanças no relacionamento pessoal e social e na forma de cumprir os processos de ensino e aprendizagem e a inclusão.

Em suma, a implementação da Educação inclusiva na rede Municipal de Quinze de Novembro revela que as ações materializam tal perspectiva na prática. Mostra que as escolas estão se estruturando para receberem os alunos com necessidades educacionais especiais, buscando desde adaptações físicas e adaptações curriculares até suportes pedagógicos especializados, bem como a sala de recursos. Nesse processo, embora alguns professores critiquem a abrangência da falta de formação para atender os ANEEs, descrevem que buscam alternativas variadas em formação continuada para atenderem esses alunos.

Diante deste bloco de análise, fica evidente pelos questionários, que as escolas analisadas possibilitam a compreensão da realidade da implementação da inclusão de ANEEs, em escolas regulares, garantindo aos ANEEs, não só a permanência, mas a convivência nas escolas, tendo como pressuposto o respeito à diversidade, como condição para a inclusão de todos.

Baseada na proposta da educação para todos, a Declaração de Salamanca (1994), afirma que escolas inclusivas devem identificar e atender à necessidades diversas de seus alunos, onde por meio de um currículo adaptado, ações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com as comunidades, possa assegurar uma educação de qualidade para todos.

Assim, uma escola inclusiva requer um repensar na estrutura escolar, um currículo adaptado para as diferenças de ritmos de aprendizagem, uma formação de todos os envolvidos, de ações dos gestores e, sobretudo de uma perspectiva que permita a permanência dos ANEEs, de forma digna e mais humana.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A LDB (Brasil-1996), garante a inclusão do estudante especial como um direito e o gestor deve contribuir com a lei e com a normalização referente ao acesso dos alunos NEE, no ensino regular, mesmo onde falta estrutura pedagógica, física e administrativa, a falta de qualificação, investimento em treinamentos e capacitações, vencer barreiras do preconceito e criar um ambiente adequado à aprendizagem para receber os alunos NEE, o gestor tem o compromisso de analisar as possibilidades cabíveis de inserir os alunos especiais na classe comum, construir caminhos para que a inclusão seja uma realidade e não apenas uma imposição da lei. “Construir uma educação emancipadora e inclusiva é instituir continuamente novas relações educativas numa sociedade contraditória e excludente” (BRASIL, 2004, p. 18).

Assim percebeu-se a relevância do papel da gestão escolar diante da construção da escola inclusiva, pois cabe à gestão escolar garantir a acessibilidade aos alunos com necessidades educacionais especiais, bem como a gestão democrática e participativa que garantam a possibilidade de modificação do atual sistema de educação escolar. O gestor apesar das dificuldades encontradas, tem procurado, com o apoio de sua equipe, buscar soluções para que os alunos com necessidades educacionais especiais tenham sucesso em suas aprendizagens. E assim Cury (2006, p. 3) afirma: “a primeira garantia é que ele esteja inscrito no coração de nossas escolas cercado de todas as condições. Nesse sentido, o papel do gestor é o de assumir e liderar a efetivação desse direito no âmbito de suas atribuições”.

Diante destes entraves, as reflexões em torno da inclusão têm sido de forma concomitante com a elaboração de políticas públicas e documentos produzidos em conferências mundiais que favoreçam esse processo, pois traz a democratização plena do acesso, ingresso e permanência dos alunos numa escola de boa qualidade para todos.

Propulsionar este tema para reflexões para os professores é um indício que a escola inclina-se a cumprir o que se propõe a proposta de inclusão escolar com base na realidade educacional do nosso país, dentro de uma perspectiva mais ampla, que é a de ter como meta garantir de fato e de direito o acesso de todos os alunos com e sem necessidades ao conhecimento escolar.

Pela análise dos dados dos questionários e conversa realizada com os professores fica evidente que deve-se constantemente contextualizar e discutir criticamente os desafios e dificuldades que as exigências educacionais exigem para a efetivação do processo de inclusão. As respostas demonstram que as modificações a uma escola inclusiva que atenda os alunos com algum tipo de necessidade educacional, requer desde o espaço físico até as mudanças mais profundas que é o processo de transformação social, como afirma Carvalho (2007) que é operacionalidade da inclusão de todos os alunos na escola, resulta que cada escola "ressignifique" as diferenças individuais, e "reexanime" sua prática pedagógica, envolvendo as relações dialógicas: família, escola e comunidade.

Assim entende-se que há necessidade das políticas públicas viabilizarem a inclusão educacional proporcionando aos professores e aos gestores uma formação continuada, além da garantia de acessibilidade ao espaço escolar e ao currículo, bem como o acesso a recursos materiais e humanos.

Em suma, uma escola que pretende ser inclusiva deve ser entendida como um processo amplo, no qual a escola deve ter condições físicas, além de professores e gestores qualificados e também recursos financeiros, para acolher e promover condições democráticas de participação dos alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino-aprendizagem, assim como de todos os alunos, levando em conta as singularidades de cada um, levando em consideração o direito à educação escolar desses alunos.

Numerosos e complexos são os desafios existentes diante da Inclusão Escolar, mas, que traduzem os anseios de todos os envolvidos nesta proposta, que acredita no ser humano e na importância da inclusão, como um bem essencial na vida de todos nós. E assim, uma gama de questões surge sobre o tema de inclusão escolar cabendo outras pesquisas que venha a assumir um compromisso com a educação para o futuro da sociedade e possa oferecer uma educação que cumpra as exigências educacionais e de qualidade a todos os alunos.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Reforma do Estado e Políticas Educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a Emergência da regulação supranacional.** Educação & Sociedade, Ano XXII, nº 75, p.15-32,2001.

A NOVA IDENTIDADE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS: EMEF Progresso, EMEF Nossa Senhora de Lourdes, EMEF Marechal Deodoro da Fonseca – Elisete de Jesus Kempf, Maidi Schneider Campos, Rosvita Franke Hagemann – URGs - Faculdade de Educação – Porto Alegre (2010).

ANDRÉ, M.E.D.A. de MENGA, Lüdke. **Tendências atuais da pesquisa na escola.** In: Caderno CEDES. V. 18, nº 43, Campinas/SP, p.1-10,1997.

ARANHA, M.S.F. (2001) **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiências.** In Revista do Ministério do Trabalho, XI, nº 21, março (p. 160-173).

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na Escola de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.** Porto Alegre. Editora Mediação, 2005.

BLANCO, Rosa. **Aprendendo na diversidade:** implicações educativas. Disponível em: <http://www.entreamigos.com.br/educação.htm>. Acesso em 12 de agosto de 2015.

BORGES, F.B.Patricia. **A Educação para Diversidade e a Formação de Professores-** Meu Artigo Brasil Escola, 13 de janeiro de 2011.

BRASIL. **Constituição (1988), Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil:** texto Constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília. Senado Federal, 2001.

BRASIL. LDB - Lei de **Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96).** Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.**

BOBBIO, N.O. **Da Integração Escolar a Educação Inclusiva: Implicações Pedagógicas,** Rio de Janeiro: Ediouro,1997.

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro Campus, 1992,p. 05.

BUENO, J.G.S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC/PUCSP, 1993.

CARIDE GOMEZ, José Antonio. **Los derechos humanos en las políticas educativas** In: CARIDE GOMEZ, José Antonio (coord.) Los derechos humanos en la educación y la cultura: Del discurso político a las prácticas educativas. Rosário, Argentina: Homo Sapiens Ediciones,2009, p.27-72.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, R.E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CURY, C.R.J. **O direito à educação: um campo de atuação do gestor**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

CURY, C. R. J. **As Vozes da LDB: Presença Pedagógica**. V. 3, n. 15, p. 31-37. Belo Horizonte: 1997.

CURY, Carlos A. Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. RBPAE, v. 23, n. 03, set-dez/2007, p.483-495.

DECLARAÇÃO Mundial sobre a Educação para Todos: **plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**.UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

FOREST, Marsha, PEARPOINT, Jack.Inclusão: um panorama maior. In: MONTAN, M.T.É.et al. **A integração de pessoas com deficiência:contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon/SENAC,1997.p.137-41.

GONÇALVES,Elisa. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas, SP: Editora Elínea, 2003.

KUNC, N. - The Need of belong. Rediscovering Maslows Hierarchy of Needs in VILLA, J. S. THOUSAND, W. STAINBACK E S. SATINBACK - REESTRUCTURING FOR CARING AND EFFECTIVE EDUCATION: NA ADMINISTRATORS GUIDE TO CREATING HETEROGENEOUS SCHOOLS. Baltimore, Paul H. Brookes, 1992, p. 25-39.

LÜDKE, Menga e André, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, L. Ensaios Pedagógicos: **Como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: Artmed, 2006.

MACHADO, M.G; FAREZENA, N. **Financiamento da Educação básica: apontamentos sobre fontes, usos e recursos financeiros para as escolas.** Porto Alegre, UFRGS, 2014.

MANTOAN, M. T. E. e Colaboradores. **A Integração de Pessoas com Deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema Ed. Memno.** Edições Científicas Ltda.: Ed. SENAC, São Paulo, 1997.

MARQUES, Luciana Pacheco. **Do universal ao múltiplo: os caminhos da inclusão.** In: LISITA, Verbena M. S. de S.; SOUSA, Luciana Freire E. C. P. (orgs.). Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 223-39.

MARTINS, G. A. **Estudos de caso: uma estratégia de pesquisa.** 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M.C. de S.(Org). Pesquisa social: teoria método e criatividade. 17ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 1994.80p.

MONLEVADE, João. **O Conselho Municipal de Educação e o Plano Municipal de Educação.** In: Gestão Democrática da Educação. Brasília: MEC, Salto para o Futuro- TV Escola, Boletim 19,2005.

PARO, Victor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo, ÁTIVA,2001.

PAULA, R. L.; SCHNECKENBERG, M.; **Gestão Escolar Democrática: desafio para o gestor do século XX.** Revista Eletrônica Lato Sensu – Ano 3, nº1, março de 2008.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: Perspectivas sociológicas.** Lisboa: Nova Enciclopédia, 1993.

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.** Departamento Municipal de Educação e Desporto. Escola Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar Prof.ª Gerarda Michels Prante, 2010.

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.** Quinze de novembro RS-Prefeitura Municipal de Quinze de Novembro / Departamento Municipal de Educação e Desporto/ Escola Municipal de Ensino Fundamental Progresso, (2010).

SANT' ANA, Izabella M. Educação inclusiva. **Concepções de professores e diretores.** Psicologia em estudos. Maringa. V10 nº2, p.227-234. Maio/agosto. 2005.

SANTOS, Mônica P. **A Inclusão da Criança com Necessidades Educacionais Especiais.** Artigo 63, 2007.

TEZANI, Thais. C.R. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo** Universidade Federal de São Carlos, 2004.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: Corde, 1994.

VEIGA, I. P. da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos. (org.) **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p. 11-35. Disponível em: <[http://nead.uesc.br/arquivos/biologia/modulo\\_7\\_bloco\\_4/projeto\\_politico\\_pedag\\_escolas/material\\_apoio\\_videoqulas/textos\\_3-ppp\\_uma\\_construcao\\_coletiva.pdf](http://nead.uesc.br/arquivos/biologia/modulo_7_bloco_4/projeto_politico_pedag_escolas/material_apoio_videoqulas/textos_3-ppp_uma_construcao_coletiva.pdf)> Acesso em 24 de Julho de 2015.

VIENA, **Conferência Mundial sobre os Direitos do Homem**, 14-25 de junho de 1993.

VIRGÍNIO, Alexandre S. e BITTENCOURT, Jaqueline M. V. **O direito à educação na formação de gestores escolares**. IN: FLORES, Maria Luiza R. (org.) **Formação a distância para gestores da Educação Básica**. Porto Alegre: Evangraf, 2014, p. 137-158.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Questionário utilizado na pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Esta pesquisa tem como finalidade conhecer a opinião dos diferentes segmentos da escola e comunidade escolar sobre o processo de inclusão e quais as práticas realizadas pelo gestor, equipe diretiva e professores, e dificuldade encontradas para a efetivação deste processo, podendo assim a vim a ser considerada como escola inclusiva.

Na certeza de contar com sua colaboração, agradeço a disponibilidade e atenção, que certamente irá enriquecer e valorizar a pesquisa que estou desenvolvendo na Especialização Gestão Escolar na UFRGS- RS

Obs. Não é necessário identificar-se.

#### Questionário para Professores e Gestores

Cargo: \_\_\_\_\_

Graduação: \_\_\_\_\_

Tempo de Atuação: \_\_\_\_\_ anos.

1. Qual o significado de uma Escola Inclusiva para você?

---

---

2. Você considera sua escola realmente inclusiva? Por quê?

---

---



3. Como você encara a inclusão na escola e comunidade escolar?

---

---

4. Descreva algumas dificuldades encontradas para a inclusão acontecer de forma efetiva na sua escola.

---

---

5. Descreva algumas ações, que considere importante, do gestor para assegurar a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais.

---

---

6. Na sua opinião a gestão democrática e inclusão caminham juntas?

---

---

7. O PPP da sua escola contempla a inclusão? De que forma?

---

---